



Os coordenadores de subcomissões e o vice Odacir Klein trabalhando no sábado: buscando apressar punições, mesmo sem relatório parcial

# Procurador pode antecipar cassações

A CPI do Orçamento examina a possibilidade de enviar ao procurador-geral da República, Arístides Junqueira, os nomes dos 15 parlamentares cujos processos de cassação já estão concluídos. O anúncio foi feito pelo senador Elcio Álvares (PFL-ES), ao informar que "será uma forma de apressar os processos de cassação dos que já têm provas de envolvimento nas fraudes orçamentárias". A proposta de Álvares foi examinada em reunião de todos os coordenadores das quatro subcomissões realizada ontem, durante todo o dia, no Prodasen. "Se o procurador quiser denunciar algum desses parlamentares, poderá requisitar o material imediatamente à CPI, que não haverá problema", afirmou.

O coordenador da subcomissão



de emendas, Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), anunciou que denunciará em seu relatório entre 15 e 20 parlamentares envolvidos na corrupção da Comissão do Orçamento. "Existe um núcleo de poder formado por esses parlamentares controlando a comissão desde 1989, que transformou em meros coadjuvantes os demais deputados e senadores no Orçamento". Segundo Sigmaringa, os sete anos eram mesmo "os donos" da Comissão de Orçamento.

Os coordenadores das quatro subcomissões — deputados Benito Gama (Bancos) e Sigmaringa Seixas (emendas) e senadores Garibaldi Alves (subvenções sociais), e José Paulo Bisol (patrimônio) chegaram à conclusão de que a suspensão do relatório parcial forçará a ampliação dos sub-relatórios para incluir novos nomes e avaliar a relação das emendas com os interesses das empreiteiras, além de investigar também a participação do Executivo na fraude. Segundo o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), os 39 nomes de deputados, 18 de sena-

dores e 15 de governadores que aparecem nas listas da construtora Odebrecht, encontradas nos disquetes investigados pela CPI, já estão sendo analisados pelas subcomissões. A perspectiva de quebra de sigilo bancário existe, mas ainda depende de cruzamentos dos nomes pelas quatro subcomissões.

**Governadores** — Para Sigmaringa, os governadores que estão citados dando apenas apoio político ao pagamento de verbas referentes à aprovação de emendas no Congresso, como o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), só engrossarão a lista de investigados depois da análise do documento da Odebrecht que ontem começou a ser realizada pelas subcomissões. "A lista vai engordar", afirmou Garibaldi.

Cada subcomissão fará o exame detalhado dos nomes que estão citados ao lado de percentuais. O problema é que muitos estão citados por siglas e já houve um problema. O senador Dario Pereira garante não ser o DP que aparece

na lista da Odebrecht. Para o senador Francisco Rollemberg, PFL, é o diretor-presidente da empresa, não o senador.

Na reunião das subcomissões, Sigmaringa disse que não aceita a tese de que o aparecimento de novos nomes enfraqueceria os trabalhos da CPI. Alguns deputados argumentam que é mais fácil cassar um grupo pequeno do que cassar um grupo grande. "Se novos nomes aparecerem, podemos pedir nova prorrogação de funcionamento da CPI", informou o deputado.

Quanto à deputada Rosana Sarney, (PMDB-MA), que aparece nos documentos da Odebrecht relacionada a emendas, na lista de presentes recebendo um quadro de 2 mil 500 dólares e como "cliente" da empresa, o senador Francisco Rollemberg informou que o nome da deputada entra nos cruzamentos feitos pelas subcomissões, para ver se existem mesmo indícios de comprometimento. "É preciso zelo para não acusar ninguém de forma indevida", afirmou o senador.